

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025  
Sessão de 29 de maio de 2025

### --- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM.-----

-----  
-----  
--- Aos vinte e nove dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Municipal de Santarém, no Salão da Casa do Campino, na Cidade de Santarém, nos termos da Lei e do Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

#### --- **Ponto Único** – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM – PLANO DIRETOR MUNICIPAL. -----

--- O senhor **Presidente da Assembleia** ordenou que se procedesse à chamada, verificando-se as seguintes presenças: -----

--- Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto (Presidente da Mesa). -----

--- Carlos António Marçal (Primeiro Secretário da Mesa). -----

--- Maria Helena Claro Vítor Vinagre (Segunda Secretária da Mesa). -----

--- Alfredo José Carvalho Henriques da Silva. -----

--- Ana Catarina da Silva Conceição. -----

--- Ana Cristina da Silva Eleutério. -----

--- Ana Rita Pereira Correia Félix. -----

--- André Filipe da Branca Henriques. -----

--- António Pina Ferreira Campos Braz. -----

--- Carla Patrícia Lopes Neto. -----

--- Dina Maria Gomes Rocha. -----

--- Filipa Isabel Ferreira Martinho. -----

--- Jorge Manuel Fernandes Rodrigues. -----

--- José Luís Marques Cabrita. -----

--- José Manuel Augusto de Magalhães. -----

--- Luís António Simões Peralta. -----

--- Manuel José Caniça Esteves Inez. -----

--- Marta Esquível Vacas de Carvalho Silva Pereira. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025

Sessão de 29 de maio de 2025

- Nádia Margarida Pereira.-----
- Nuno Quitério Brás Lopes. -----
- Paula Sofia da Costa Cruz.-----
- Raquel Neto Cordeiro.-----
- Rui Pedro de Sousa Barreiro.-----
- Vasco Filipe Rodrigues Tomás.-----
- Virgínia Maria Ramos Carrondo Mena Esteves.-----
- **Presidentes de Junta:**-----
- Adriana Oliveira Madeira (Abitureiras).-----
- Manuel Joaquim Vieira (Alcanede).-----
- Pedro Guilherme Madeira Mena Esteves (Alcanhões).-----
- Duarte Nuno Frazão Neto (Amiais de Baixo).-----
- Ana Cristina Almeida Capucho (em representação do Presidente da JF de Arneiro das Milhariças).-----
- Joaquim Duarte Aniceto (Gançaria).-----
- Dário Manuel Madeira dos Santos (Moçarria).-----
- Raúl Augusto Duarte Violante (Pernes).-----
- José João Delgado Pedro (JF Póvoa da Isenta).-----
- Manuel João Heitor Custódio (JF Vale de Santarém).-----
- Guida Isabel Finote Henriques Botequim da Gaga (UF Achete, Azoia de Baixo e Póvoa de Santarém).-----
- Luís Manuel Madeira Mena Esteves (UF Azoia de Cima e Tremês).-----
- Mariana Cristina Matos Demétrio (em representação do Presidente da UF Casével e Vaqueiros).-----
- Artur Manuel Glórias Ferreira Colaço (UF Romeira e Várzea).-----
- Ricardo Luiz da Costa (UF de S. Vicente do Paúl e Vale de Figueira).-----
- **Pedidos de substituição, nos termos da Lei e do Regimento:**-----
- Ana Marta Ferramacho Teixeira.-----
- Maria Leonor Caneira Machado Fonseca.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025  
Sessão de 29 de maio de 2025

- Pedro Gonçalo Coelho Nunes de Melo.-----
- **Justificaram as suas ausências:** -----
- Filipe Frade Brígida.-----
- Pedro Miguel Janota Melão.-----
- Luís filipe dos Reis Fragoso Inês (JF Abrã).-----
- Pedro Manuel Teixeira da Costa (JF Almofter).-----
- Diamantino Cordeiro Duarte (UF Cidade de Santarém).-----
- **Executivo Municipal** -----
- Presenças: -----
- João Francisco Ferreira Teixeira Leite.-----
- Manuel António dos Santos Afonso.-----
- Alfredo Condeço Amante.-----
- Nuno Ferreira da Costa Domingos.-----
- Carlos Manuel de Oliveira Martinho.-----
- Sofia Margarida Antero dos Santos Martinho Pó.-----
- Ana Margarida Carvalheiro Luís.-----
- Liliana Isabel Carvalho Ramos.-----
- Maria Manuela Aguiar Estevão.-----
- Confirmada a existência de quórum, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início à sessão, verificando a identidade e legitimidade da senhora Marta Esquível Vacas de Carvalho Silva Pereira, eleita pela lista do CDS-PP, que tomou posse em substituição do senhor Pedro Gonçalo Coelho Nunes de Melo.-----
- De seguida, o senhor **Presidente da Assembleia** informou que, por se tratar de uma sessão extraordinária, não haveria lugar a Período de “Antes da Ordem do Dia”, declarando aberto o primeiro **Período de Intervenção do Público**.-----
- O senhor **Carlos Alberto Silva** perguntou se os processos que já deram entrada no urbanismo vão ser apreciados de acordo com PDM que está ainda em vigor, ou se vão ser apreciados à luz do novo PDM.-----
- O senhor **João Silva** quis saber se é possível a passagem de parcelas rústicas para

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025

Sessão de 29 de maio de 2025

urbanas, nomeadamente nas freguesias de Póvoa da Isenta, no lugar propriamente dito de Vale Moinhos. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** relativamente aos processos que já deram entrada no urbanismo e que já estão a ser tramitados, os mesmos devem ser analisados à luz do PDM em vigor, sendo que todos aqueles que a partir do dia de amanhã derem entrada na Câmara Municipal, já devem de ser analisados à luz do novo PDM. -----

--- A senhora **Arquiteta Catarina Pires** no tocante à alteração do uso dos solos, esclareceu que estes procedimentos estão sujeitos a regras, não podem ser feitas de qualquer forma, ou seja, têm que seguir uma série de requisitos de acordo com a lei, tem que ter interesse público, tem que ter habitação, não é simplesmente fazer um pedido e automaticamente é possível a sua alteração, ou seja têm de ser analisados caso a caso. ---

--- Quanto aos processos que estão arquivados informou que tem que ser instruído um novo processo para que possa ser reavaliado à luz do novo PDM.-----

--- Concluído o primeiro período de intervenção do público, o senhor **Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.-----

--- **PONTO ÚNICO – PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL**.-----

--- Pela Câmara foi apresentada a proposta número quarenta/dois mil e vinte e cinco: ---

--- “Dando sequência à deliberação camarária tomada por unanimidade na reunião ordinária do Executivo Municipal realizada em vinte e seis de maio de dois mil e vinte e cinco, **cabe-me propor à Exma. Assembleia que, aprove a versão final da proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal e o respetivo Relatório Ambiental**, nos termos do artigo noventa do RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), na sua atual redação, de acordo com a informação número dezoito mil e quarenta e cinco/dois mil e vinte e cinco, de vinte e maio de dois mil e vinte e cinco, da Divisão de Planeamento e Projetos, que se anexa”. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** considerou este um momento histórico para o município de Santarém, agradecendo ao senhor Presidente da Assembleia Municipal porque foi ele que há vinte e três anos, enquanto Vereador da Câmara Municipal de

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025  
Sessão de 29 de maio de 2025

Santarém deu início ao processo de revisão, sendo na altura Presidente de Câmara, Rui Barreiro. -----

--- Agradeceu também aos Presidentes de Câmara Rui Barreiro e Ricardo Gonçalves, bem como a todos aqueles que trabalharam neste processo para poderem estar aqui hoje a deliberar sobre esta matéria. -----

--- Agradeceu o trabalho realizado pela arquiteta da Catarina Pires que dedicou muito do seu tempo, do seu empenho, do seu talento, da sua capacidade técnica, com a sua equipa que está aqui presente, para chegarmos a este momento. -----

--- Salientou que este documento, apesar de não ser a primeira versão, é um documento que advém de um conjunto de restrições emanadas por vinte e três entidades que têm parecer vinculativo, responde às ambições do município e espelha a visão que pretendem para o território, realçando que o novo PDM contempla mais de uma centena de novas classificações no nosso concelho, ou seja, os perímetros urbanos, passaram de vinte e quatro para trinta e seis e os aglomerados rurais, passaram de vinte e nove para trinta e um, tendo sido criadas de noventa novas áreas de edificação dispersa que vão permitir dar resposta a algumas situações, salientando que Santarém vive um momento histórico de atração de investimento privado devido à sua localização geográfica servida por vias de comunicação estratégicas ao nível Rodoviário e ferroviário. -----

--- Disse que temos áreas industriais naquilo que é a classificação de solo urbano, com um crescimento de dez por cento face ao PDM ainda em vigor e na classificação de solo rústico temos a referida atividade industrial com cento e vinte e sete hectares na sua globalidade e na classificação do solo urbano as atividades económicas que passam para dezassete vírgula dois por cento a nível de cobertura no território do concelho, considerando ser um passo qualitativo naquilo que é um documento estratégico, sublinhando os agradecimentos de uma forma bastante profunda, em nome do executivo, a todos os técnicos que mobilizaram esforços para estarmos aqui hoje e obviamente, a todas as equipas políticas que ao longo de vários mandatos, contribuíram para esta tomada de decisão. -----

--- A senhora **Arquiteta Catarina Pires** começou por historiar o processo de revisão do PDM que teve o seu início em dois mil e dois, sendo que este processo acompanhou quatro

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

**ATA Nº. 33/2021–2025**

**Sessão de 29 de maio de 2025**

Presidentes de Câmara, dez vereadores municipais, cento e dez presidentes de junta, vinte e três entidades que fizeram parte da comissão consultiva e outras vinte, que não sendo obrigatórias, também emitiram pareceres, tudo isto sem quantificar a quantidade de horas de reuniões que teve internas e externas ao longo destes vinte e três anos. -----

--- Este processo tinha como objetivo conseguir cativar de forma equilibrada as questões ambientais, o ordenamento, o turismo e a coesão social, sendo estes alguns dos pilares que identificámos ao longo do processo como sendo uma visão estratégica do nosso concelho. Ao longo destes anos, houve várias reuniões com as entidades que faziam parte da comissão consultiva, mas também com entidades que foram convidadas a participar no processo, nomeadamente juntas de freguesia, mas também um conjunto de entidades de modo a acolher toda a informação que era essencial para o PDM.-----

--- Realçou que foi dada primazia a todas as áreas económicas que é uma estratégia deste plano, tendo sido criadas novas ofertas habitacionais e também valorizada a parte verde. A proposta de plano está identificada por quatro estruturas fundamentais e obrigatórias, que têm a ver com o ordenamento do concelho, ou seja, aquilo que chamamos de classificação e a qualificação dos solos, as condicionantes que têm a ver com as servidões e restrições de utilidade pública às quais não foi possível fugir, tendo sido aqui também integrada toda a estrutura ecológica, estrutural, ambiental e natural do concelho sendo que tudo isto é vertido no regulamento com muitas regras que de alguma forma o PDM foi agrupando. Ou seja, este Plano agrupa quase todas as servidões e as obrigações que terceiros têm que cumprir para poderem licenciar no concelho de Santarém.-----

--- Sublinhou que se conseguiu ter aqui três classificações do solo para as áreas edificadas, tendo conseguido aumentar bastante estas áreas, sendo que atualmente o PDM só tem perímetros urbanos e aglomerados rurais, enquanto com o novo PDM, vai passar a ter perímetros urbanos, aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, tendo aumentado significativamente aqui o número de edificações dispersas que não existiam no nosso concelho, sendo que na totalidade temos cento e cinquenta e sete novas áreas, o que, em seu entender, em relação ao PDM ainda em vigor é muito positivo.

--- Realçou que o concelho de Santarém é maioritariamente rústico, mas isso não quer

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025  
Sessão de 29 de maio de 2025

dizer que não tenha capacidade, sendo que temos espaços agrícolas, espaços florestais, espaços de atividades económicas. -----

--- Aludiu que a proposta final apresentada foi feita em dois mil e dezasseis, tendo sido sujeita às vinte e três entidades e às vinte entidades que não eram obrigatórias que emitiram o seu parecer final em fevereiro de dois mil e dezassete, desenvolvendo-se a partir daí as reuniões de concertação com as entidades que emitiram parecer desfavorável ou favorável condicionado em que tiveram que argumentar essas desconformidades, sendo que esse processo demorou até setembro de dois mil e vinte. -----

--- A senhora **Arquiteta Filipa Dinis** falou do lançamento da discussão pública onde os interessados podem consultar os elementos do plano, podem intervir através da apresentação de sugestões, observações e reclamações sobre algo que não concordem. Durante o período de discussão pública foram feitas sessões de esclarecimento por parte dos técnicos da Câmara.-----

--- Salientou que das quatrocentos e quarenta participações a maior parte destas tiveram como objetivo solicitar alterações à classificação do solo prevista na planta de ordenamento, sendo que setenta e quatro por cento incidiam em áreas de reserva agrícola nacional, reserva ecológica nacional ou dentro do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Depois da análise de todas estas questões, a Câmara procurou acolher todas as participações dentro do enquadramento legal, tendo havido também a necessidade de proceder a ajustes e a correções de ordenamento, tendo também existido novas opções de desenvolvimento municipal, como a criação de um parque desportivo da cidade. Durante este processo, houve também a necessidade, após a discussão pública, de acolher as opções do programa especial do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, que teve implicações em todos os elementos do plano, aproveitando-se a oportunidade para atualizar as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (OPG) para enquadrar novas intenções que entretanto surgiram, havendo também a necessidade de integrar o Plano de Gestão de Risco de inundações. -----

--- Prosseguiu, prestando mais alguns esclarecimentos em relação ao desenrolar do processo, referindo que se tentou defender ao máximo muitos alargamentos sobre

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025

Sessão de 29 de maio de 2025

perímetros urbanos, sobre áreas de edificação dispersa, sobre aglomerados rurais que acabaram por não ter acolhimento. Salientou que existe uma REN que já está aprovada que abrange cerca de sessenta e quatro por cento do território municipal. Interessa referir que esta delimitação da REN ao longo destes anos foi constantemente alterada, tendo em conta as alterações sucessivas de legislação. Adiantou que foi possível excluir da REN mil oitocentos e vinte e sete hectares. Por outro lado, o processo da reserva agrícola, também foi um processo longo tendo-se conseguido uma exclusão da Reserva Agrícola que totaliza em toda a área do município trezentos e sete hectares. -----

--- Salientou ter havido um nível de acolhimento positivo na ordem dos trinta e sete por cento, adiantando que desta participação resulta um relatório de ponderação da discussão pública, onde estes valores estão identificados em anexo em que são apresentadas fichas individuais de cada participação, onde se explica o porquê de ser ou não aceite, qual a atual classificação do solo e as condicionantes legais que incidem sobre a sua participação e é apresentada também uma fundamentação com base na legislação. -----

--- A senhora Arquiteta **Catarina Pires** referiu que após a aprovação do plano pela Assembleia Municipal este tem de, obrigatoriamente, ser publicado em Diário da República, nos próximos quarenta e cinco dias, pelo que o processo ainda vai estar em standby até à sua publicação. -----

--- Prosseguiu-se o debate com a intervenção do senhor **Manuel Inez** que começou por dar os parabéns, em nome do partido Chega, às duas técnicas que apresentaram o PDM pelo seu trabalho. -----

--- Informou que o partido Chega iria vota a favor do PDM, no entanto, esta demora de vinte e dois anos, infelizmente, espelha aquilo que é o normal funcionamento da máquina estatal. Obviamente que um plano com esta dimensão tem que ter o os seus prazos, mas vinte e três anos não lhe parece que seja aceitável, não podemos ter projetos parados na Câmara por situações meramente burocráticas, e fala disso, por conhecimento próprio porque tem conhecimento de pessoas que tinham projetos importantes para a nossa cidade, que simplesmente tiveram que desistir por não conseguir dar resposta em tempo útil, desafiando a Câmara a inverter esta situação de modo a dar respostas rápidas. -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025  
Sessão de 29 de maio de 2025

--- Disse esperar que este PDM venha acelerar todos estes processos, sublinhando que é preciso agilizar os procedimentos e tornem as coisas mais fluidas.-----

--- O senhor **Rui Barreiro** começou por agradecer a referência feita pelo senhor Presidente João Leite, contudo, no seu entender, não fizeram mais do que a sua obrigação, destacando o trabalho realizado na altura pelos vereadores Joaquim Neto e Manuel Afonso, não podendo deixar de destacar o Dr. Celso Ricardo Brás, que na altura se empenhou nos trabalhos, assim como o trabalho da Arquiteta Catarina Pires e a sua equipa técnica que na Câmara trabalharam no planeamento municipal, nesta jornada que demorou vinte e três anos.-----

--- Realçou o empenho do ex-vereador Luís Farinha e do ex-vereador Nuno Russo, assim como os trabalhos realizados nas assembleias de freguesia, nos executivos das juntas de freguesia. -----

--- Disse que não acompanha as críticas à administração central que muitas vezes lhe são feitas, como sendo uma força de bloqueio ao desenvolvimento, considerando que na generalidade dos casos os técnicos da administração central fazem bem o seu trabalho, recordando que as críticas devem ser colocadas aos políticos que estão na Assembleia da República, porque são eles que aprovam a legislação que os técnicos depois têm de aplicar.

--- Considerou importante que no futuro próximo, se iniciassem os trabalhos para uma nova proposta de Plano Diretor Municipal de forma a resolver problemas que agora não se conseguiram resolver com este PDM, salientando que é com enorme satisfação que o Partido Socialista vai votar favoravelmente esta proposta, fazendo jus, obviamente, aos anseios da população, cumprindo também aquilo que é o desiderato de quem exerce funções públicas, que é exercê-las sempre em prol daqueles que são os dignos beneficiários que é o povo que acaba por escolher os seus representantes que façam o trabalho que devem fazer em nome do interesse Público.-----

--- O senhor **Jorge Rodrigues** deixou um agradecimento especial a toda a equipa do DPP na pessoa da Arquiteta Catarina Pires, mas também a toda a equipa da DGTP, na pessoa do Arquiteto Pedro Gouveia, pelo trabalho que desenvolveram. Agradeceu também a todos os executivos municipais, que ao longo destes anos todos contribuíram para que este

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025

Sessão de 29 de maio de 2025

momento hoje fosse possível. -----

--- Salientou que o Plano Diretor Municipal não deixa de ser um marco estruturante na governação territorial do concelho por aquilo que se conseguiu conquistar, nomeadamente os trinta e seis perímetros urbanos, as noventa áreas de edificação dispersa, os dois por cento de aumento de solo de capacidade industrial. -----

--- Sublinhou que foi um processo longo complexo que envolveu um conjunto de entidade e organismos, a par das sucessivas adaptações que tiveram de ser feitas em face das novas leis que iam saindo. -----

--- Considerou que Santarém ficou mais preparado para encarar o futuro, apesar de não responder a todas as situações, mas responde a grande parte delas o que vai permitir um concelho mais coeso, mais competitivo e mais sustentável, destacando que a bancada do PSD iria votar favoravelmente este ponto, fazendo votos que este instrumento seja executado com o mesmo rigor que foi preparado. -----

--- Concluiu, perguntando se as participações que existiram na discussão pública todas elas vão ter uma resposta individual ou se já tiveram. -----

--- A senhora **Rita Correia** congratulou-se com o facto de ao fim de vinte anos este documento estratégico estar finalmente ultimado. Todavia, não podem deixar de criticar a forma como o processo se arrastou no tempo, bem como o restrito prazo para a discussão pública a que foi imposto e de apontar a falta de clareza no debate plural que se impunha dada a importância de um documento estratégico e relevante como é este. -----

--- Foi efetivamente um processo longo por responsabilidades externas, na sua maioria, mas também do município porque contribuiu para uma certa opacidade nas várias fases do processo e para um distanciamento da população na discussão de um documento importantíssimo para a vida do concelho, sublinhando o arrastar da abertura da consulta pública reduzida a trinta dias úteis, salientando que a única sessão pública que se realizou foi antes de serem divulgados os dossiers para consulta. Na opinião da CDU, dizer que os cidadãos puderam consultar o processo e participar ativamente é claramente distorcer a realidade. -----

--- Aludiu que o cidadão comum não tem como interpretar as plantas e o regulamento face

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025  
Sessão de 29 de maio de 2025

a toda a densidade deste processo. Por outro lado, a série de revisões que pontual e desordeiramente foram introduzidas desde dois mil e vinte e três, torna a versão final algo desarticulada e carecia do maior peso integrador de todo este processo que pelo qual passou ao longo dos mais de vinte anos.-----

--- Aludiu que os eleitos da CDU têm que assinalar, por exemplo, as debilidades no que diz respeito à estratégia de crescimento quanto às zonas de construção sem instrumentos claros, por exemplo, de travagem de especulação imobiliária. -----

--- Considerou que na visão estratégica final do documento, nos sete desafios enunciados, entendem que não é dado o devido relevo ao vetor da cultura e do património que por si só merecia estar incluído numa alínea como estes sete, ou haver por si só no PDM que este fosse um dos pulmões de desenvolvimento e de afirmação da cidade em termos de futuro. Por exemplo, em questões de património, os anexos com a listagem de monumentos, imóveis classificados ou em vias de classificação, parece-lhe carecer de atualização, havendo propostas recentes apresentadas ao Instituto do Património que parece não estarem contempladas no documento. Neste campo imperava também a recuperação do centro histórico como eixo fundamental e do bairro da Ribeira. O documento carece também de um investimento sólido na salvaguarda e revitalização do património natural de Santarém. -----

--- Referiu relativamente à educação que esta revisão foi feita com base na Carta Educativa de dois mil e quinze, contudo, nestes últimos dez anos houve um aumento exponencial de alunos no concelho pelo que existe a necessidade de criar um parque escolar adequado a esta nova realidade. -----

--- Sublinhou que a CDU se congratula por finalmente termos um documento regulamentar, mas não pode votar favoravelmente, pelo que o voto será de abstenção, pelos motivos invocados. -----

--- O senhor **José Luís Cabrita** referiu que da leitura que fez dos documentos, alguns deles levantam-lhe dúvidas, nomeadamente em relação à data em que foram emitidos, dando alguns exemplos, salientando que o relatório da comissão consultiva data de dois mil e dezassete e tem como título relatório final.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025

Sessão de 29 de maio de 2025

--- O senhor **Presidente da Assembleia** agradeceu as referências que lhe foram feitas, apesar de em certa medida não o satisfazerem muito devido ao tempo decorrido, considerando que já deviam estar aqui a aprovar uma segunda revisão do Plano Diretor Municipal.-----

--- Realçou o trabalho realizado pela Arquiteta Catarina Pires e a sua da equipa, muitas vezes objeto de críticas que lhe eram feitas porque não atendia a muitas solicitações que lhe eram feitas.-----

--- Salientou que as sucessivas alterações legislativas, obrigava a voltar atrás e a gastar mais um ano, sendo que as premissas de há vinte e três anos, nada tem a ver com aquilo que são hoje em dia. -----

--- Considerou que no próximo mandato quem vier a assumir a liderança do município vai ter de voltar a iniciar um novo processo de revisão do PDM porque provavelmente as expetativas de muitos munícipes vão sair um pouco defraudadas.-----

--- Salientou que a discussão pública foi importante e determinante para melhorar o a proposta de PDM, quer ao nível do ordenamento do território indo mais ao encontro das populações, quer ao nível do próprio regulamento, permitindo mais uma vez desbloquear situações que a versão inicial do regulamento também bloqueava, conhecendo as dificuldades que é lidar com todas essas instituições, sublinhando que todos se têm de congratular por estarmos aqui hoje a deliberar sobre esta matéria. -----

--- O senhor **Presidente da Câmara** referiu que é bom lembrar que o prazo de trinta dias concedido para a discussão pública decorre da própria lei, mas nesse momento de discussão pública, para além do debate público que existiu no Teatro Sá da Bandeira e para além de uma equipa técnica sempre disponível durante o referido período de discussão pública, no período pós discussão pública, na Loja do Cidadão, houve sempre disponibilidade para esclarecer qualquer dúvida que existisse, sobre este processo. -----

--- Acrescentou que as Juntas de Freguesia tiveram toda a documentação consigo nas próprias sedes, para que pudessem colocar essa mesma documentação à disposição daqueles que não tinham a capacidade para consultar o processo digitalmente, considerando que Santarém se deve orgulhar do número de reclamações efetuadas durante

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025  
Sessão de 29 de maio de 2025

o período de discussão pública. -----

--- Esclareceu que as questões relacionadas com o património e o ambiente estiveram sempre altamente envolvidas, desde logo pelas próprias tutelas. Portanto, se há a tutela que se envolveu bastante neste processo, foi a do património através do Património Cultural IP.-----

--- Salientou que a Carta Educativa define aquilo que devem ser os equipamentos escolares a requalificar e a construir de raiz e o PDM tem definido na área territorial os equipamentos públicos para o efeito.-----

--- A senhora Arquiteta **Catarina Pires** esclareceu em relação às datas que constam nos documentos, que a proposta é fechada e vai à Comissão Consultiva, sendo que esse parecer final emitido em dois mil e dezassete, fecha uma etapa do processo e todos os documentos que o acompanhavam têm essa data, sendo que com esse parecer os relatórios não podem ser alterados daí para trás.-----

--- Salientou que até dois mil e vinte foram reunindo individualmente com cada uma das entidades de modo a esclarecer aquilo que tinha sido emitido no referido parecer, mas esse trabalho não dá origem a um nova proposta.-----

--- Prosseguiu, referindo que se seguiram varias fazes do processo que foram deixando a sua marca. Ou seja, tivemos uma proposta em dois mil e dezassete, uma outra proposta em dois mil e vinte e três e uma nova proposta em dois mil e vinte e cinco, só que não se alteram os documentos para trás, sublinhando que o relatório ambiental também é um desses exemplos que ficou fechado à data de dois mil e dezassete e foi servindo simplesmente de atualização, mas a base em si tem que estar fechada na data da conferência consultiva, que é o que marca, digamos, a aprovação do plano.-----

--- Por último esclareceu que o relatório da comissão consultiva e depois da concertação, é um documento vasto que tem muitas atas, tem muita informação que é a validação de todos os novos passos desde dois mil e dezassete até dois mil e vinte, quando a proposta foi fechada, tendo ficado marcado todas as alterações que se fizeram nas cartas, mas nos relatórios anteriores não se mexe. Ou seja, não se fazem atualizações para trás, vai-se fazendo nova documentação para a frente.-----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTARÉM

ATA Nº. 33/2021–2025

Sessão de 29 de maio de 2025

--- Após a apreciação deste assunto, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a **Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal**, nos termos da alínea r) do número um do artigo vinte e cinco da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado **aprovar por maioria** com trinta e sete votos a favor, zero votos contra e três abstenções.-----

--- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o senhor **Presidente da Assembleia** submeteu a votação a aprovação em minuta as deliberações tomadas na presente sessão, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, do anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, tendo sido deliberado, **por unanimidade, aprovar**, a fim de produzirem efeitos imediatos.-----

--- Seguidamente, o senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberto o segundo **Período de Intervenção do Público** o qual não se concretizou por ausência de oradores.-----

--- Eram vinte e duas horas, quando o senhor **Presidente da Assembleia** deu por encerrada a sessão de que se lavra a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente e Secretários da Mesa da Assembleia.

--- E eu, Carlos Alberto Pereira Almeida,  
funcionário nomeado para o efeito, a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----